

RESENHA

O Bem Viver – uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos

DELZE DOS SANTOS LAUREANO

Professora do Instituto dos Direitos Humanos (IDH), Nova Lima, MG, Brasil

E-mail: delzesantos@hotmail.com

ACOSTA, Alberto. Tradução de Tadeu Breda. São

Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016, 264p

Alberto Acosta foi um dos principais ideólogos do início da Revolução Cidadã no Equador, sendo um dos responsáveis pelo plano de governo do partido *Alianza País*, encabeçado por Rafael Correa, eleito presidente em 2007.

Ao dirigir os trabalhos da Assembleia Constituinte, Acosta foi um dos maiores responsáveis por colocar os Direitos da Natureza na Constituição do Equador de 2008, fato inédito na história do constitucionalismo ocidental.

Além de ter dirigido os trabalhos da primeira Assembleia constituinte do planeta a reconhecer direitos à Natureza, nossa *Pacha Mama*, ou a Mãe Terra, como a temática é mais conhecida no Brasil, Acosta foi ministro das Minas e Energia naquele país. Entretanto, durante as discussões constitucionais, distanciou-se do governo de Rafael Correa, tornado-de um dos mais contundentes críticos dos desvios do processo que ajudara a criar, especialmente

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS



dos retrocessos que atentam contra as conquistas expressas no texto constitucional de 2008.

Ao longo de sua carreira, Acosta tem se mantido como um intelectual de esquerda e é reconhecido por suas contribuições com o pensamento marxista, antiglobalização, terceiromundista e contra a exploração minerária. Em oposição ao atual governo, em 2013, lançou-se como candidato à presidência da república pela *Unidad Plurinacional de las Izquierdas*, coligação que uniu o partido indígena *Pachakutik* a movimentos populares e ambientais na defesa dos ideais expressos na Constituição.

Acosta é economista por formação, tendo graduado em Economia Industrial (Diplom-Betriebswirt), com especialidade em Comércio Exterior e Mercado (Diplom-Volkswirt) e especialidade em Economia Energética na Universidade de Colônia, Alemanha. Foi investigador do Instituto Latinoamericano de Investigações Sociais (ILDES) e um dos co-autores e coordenadores do livro *Asedios a lo Imposible: Propuestas Económicas en Construcción*, junto a outros autores.

Sem nenhuma pretensão de esgotar o conteúdo, o que seria absolutamente dispensável e impossível, o que se busca é instigar a divulgação da obra, com toda a sua riqueza de ideias e as imprescindíveis referências bibliográficas.

Para Acosta essa não é uma obra que se constitui em um produto individual e menos ainda em verdade revelada. Ela é o resultado de um esforço coletivo de experiências que não ocorrem de forma isolada no mundo acadêmico, muito menos distante dos processos sociais. Não é uma receita pronta, mas o resultado de conhecimentos sedimentados na experiência profissional e acadêmica do autor, e sobretudo, uma marca da convivência em comunidades com uma longa história de exclusão e resistência.

O Bem Viver, segundo Acosta, é uma filosofia de vida. É a abertura para a construção de um projeto emancipador inspirado

nas comunidades indígenas andinas e amazônicas. Não sendo uma ideia nova, o seu acolhimento é apenas o começo para uma forma de vida comunitária. É o reconhecimento de algo que já existe e que foi capaz de assegurar a existência de pessoas que viveram à margem do modelo hegemônico ocidental. É uma saída para se viver em comunidade e em harmonia com a Natureza.

Adverte Acosta que o Bem Viver não é uma aventura. Ele é a experiência de vida de todos os grupos que se reconhecem como povos originários. Pessoas que ainda vivem ou que procuram retomar os modos de vida de seus ancestrais e que são anteriores à colonização.

O Bem Viver, pode-se dizer, é uma filosofia política para o reconhecimento de que outros mundos são possíveis, pois existem muitas formas de se fazer e de se viver. Mas para isso é preciso sair dessa crença no desenvolvimento linear e no progresso. De outro modo, adverte o autor, todo o esforço por transformação pode resultar em apenas mais uma tentativa desperdiçada e indesejável de violência contra os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza.

Segundo Acosta, as promessas do progresso e desenvolvimento não se cumpriram e não se cumprirão. O mundo precisa de mudanças profundas e radicais. Contra problemas cada vez mais evidentes, é preciso rupturas.

O conteúdo do texto, organizado em 10 capítulos, sugere ser preciso conhecer o caminho do inferno, para dele se distanciar. Por isso, convida voltar o olhar para a América Latina, onde nas últimas décadas surgiram profundas propostas de mudanças que se apresentaram como caminhos para uma transformação civilizatória. Ressalva, contudo, que o resultado ficou restrito a um receituário expresso em poucos artigos no texto constitucional.

Quanto ao Estado, reconhece o autor ser o único campo de ação estratégico para a construção do Bem Viver. Entretanto, é preciso

repensá-lo em termos plurinacionais e interculturais. A própria democracia terá de ser repensada e aprofundada. Um outro mundo tem de ser recriado a partir do âmbito comunitário.¹

De acordo com Acosta, o Bem Viver é uma filosofia em construção que é universal e que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio², mas que está presente nas mais diversas culturas. Por isso é uma oportunidade para imaginar outros mundos, superando o fatalismo do desenvolvimento para reatar a comunhão entre Humanidade e Natureza. Essa forma de romper com a homogeneização imposta pelo Ocidente.

Sem negar a potencial importância dos avanços tecnológicos, chama o autor a atenção para o fato de que nem toda a Humanidade se beneficia de tais conquistas. Afirma que a técnica não é neutra. Ela é parte do processo de valorização do capital. Muitos avanços tecnológicos fazem com que certos trabalhadores se tornem imprestáveis, ao passo que excluem todos aqueles que não conseguem acessar a novidade. Por isso, nós humanos fomos transformados em simples ferramentas para as máquinas, quando a relação deveria ser inversa.

Embora a proposta do livro não seja abordar as questões referentes à crise econômica internacional, afirma Acosta que não se pode simplesmente ignorar os grandes desafios globais. Defende

1 E, no tocante a esse debate sobre o Estado, cabe aqui acrescentar o que já vem sendo defendido há muito tempo pelos integrantes dos campos mais progressistas na política: a impossibilidade de se acabar com a corrupção no sistema político e econômico apenas com reformas político-partidárias. A ciência política e o direito não têm sido capazes de impedir as mazelas já enraizadas nos processos políticos, especialmente para o preenchimento dos cargos públicos eletivos. A escolha de lideranças legítimas para conduzir os destinos de um povo só ocorrerá em processos comunitários. No sistema eleitoral centralizado e controlado pelo Estado a corrupção está na estrutura. Ela ocorre no poder midiático comprado e manipulado pelo dinheiro obtido por meios espúrios.

2 Não se trata, conforme reitera firmemente o autor, de um princípio restrito ao ambiente andino ou amazônico, entre nós, no Brasil, temos o *teko porã* dos guaranis, o que se refere ao bom e bonito da existência em comunidade, e *ubuntu* que na filosofia africana tem o significado ético da alteridade: 'eu sou porque nós somos'.

não ser tolerável que os instrumentos financeiros sirvam como ferramentas de pressão para que um Estado ou uma instância controlada por poucos Estados poderosos imponham condições, sabidamente insustentáveis a países mais fracos.

Lembra Acosta que foi em torno do tema desenvolvimento no contexto da Guerra Fria que se inventou o Terceiro Mundo. Nos quatro cantos do mundo tudo passou a ser reordenado para se adaptar ao 'desenvolvimento'. Este se transformou, então, no destino comum da humanidade, uma obrigação inegociável que se tornou as bases para as intervenções. Essas que supostamente buscavam proteger ou introduzir a democracia como base política para o ansiado desenvolvimento.

Instiga o autor atentar para o fato de que o 'desenvolvimento', como toda crença, nunca foi questionado. Ele foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas. Colocamos sobrenomes ao desenvolvimento para diferencia-lo do que nos incomodava: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento humano etc. O mundo vive, assim, um "mau desenvolvimento". O estilo de vida consumista e depredador está colocando em risco o equilíbrio ecológico planetário. Nos países 'periféricos' a grave destruição humana e ecológica são defendidas como meios necessários para se alcançar o 'desenvolvimento'. Mas a reedição dos estilos de vida dos países 'centrais' é irrepitível em nível global.

Outro tema importante trazido ao debate é a dicotomia civilizado-selvagem. Para cristalizar o processo expansionista, a Europa consolidou a visão de um ser humano fora da Natureza. O ser humano deixou de ser parte integrante da natureza abrindo-se espaço para o total domínio e manipulação dos bens naturais pela ciência. A interpretação tradicional da Bíblia cristã eleva o homem à condição de "ser supremo", eleito para gozar e dispor de toda a criação, já que feito à imagem e semelhança de Deus.

A tarefa do desenvolvimento, por muito tempo, foi atribuída aos Estados nacionais. O nacionalismo expandiu-se como receita para a saída das mazelas sociais. Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, a confiança no desenvolvimento como superação do atraso patrocinado pela máquina estatal desapareceu. Isso ajudou a abrir as portas para as reformas neoliberais inspiradas nas poderosas forças do mercado. O neoliberalismo, em todo o mundo, mas especialmente o latino-americano, o que fez foi agudizar os conflitos sociais e os problemas ambientais, aumentando as desigualdades e as frustrações.

O Bem Viver se insere numa gama de 'alternativas ao desenvolvimento', uma oportunidade para construir outra sociedade sustentada em uma convivência cidadã na diversidade e em harmonia com a natureza. Ele supera essa filosofia de vida individualista própria do liberalismo, que constitui as bases ideológicas do capitalismo e permite não cair na armadilha de conceitos como 'desenvolvimento sustentável' ou 'capitalismo verde'. Segundo Acosta, o mercado, o Estado e a ciência têm sido as grandes potências universalizantes. "Os vastos sulcos da monotonia cultural que herdamos são, como em toda monocultura, tanto estéreis quanto perigosos. (...) O outro desapareceu com o desenvolvimento." (ACOSTA, 2016, p. 81) Então, se o desenvolvimento trata de 'ocidentalizar' a vida do planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o 'outro'.

Ao mostrar os riscos e ameaças ao Bem Viver, adverte o autor que o seu uso carente de significados é uma das maiores ameaças ao conceito. O Bem Viver não pode se tornar um novo sobrenome do desenvolvimento.

Nessa seara, tece o autor críticas às políticas implementadas na Bolívia e no Equador com a bandeira do Bem Viver, porque na prática, essas políticas são formas continuístas de consumismo e

produtivismo, refletindo, segundo o autor, o uso propagandista do termo. Não se pode avaliar o Bem Viver apegando-se aos instrumentos de análise tradicionais.

Sem negar as contribuições da ciência, alerta o autor para os malefícios da tecno-ciência que é a responsável direta pelo domínio e pela manipulação dos bens naturais. Mediante o uso da tecnologia, o capitalismo transformou a Natureza em fonte de recursos aparentemente inesgotável.

Os países ricos definitivamente devem mudar seu estilo de vida, pois colocam em risco o equilíbrio ecológico mundial. Olhando dessa perspectiva, são os países ricos 'subdesenvolvidos', considerando que as suas políticas econômicas por meio de um 'mau desenvolvimento'. Eles têm uma dívida ecológica para com a humanidade e devem pagar por ela.

Para não sofrer a concorrência de mercados emergentes, os países ricos desenvolveram suas principais atividades econômicas sob intenso protecionismo. Entretanto, atualmente, os subsídios e as medidas protecionistas são vistas por eles como políticas inadequadas ao desenvolvimento e contrárias aos interesses do mercado.

Outra crítica trazida pelo autor diz respeito às teorias econômicas centradas no crescimento. Destaca que "o crescimento não pode ser o motor da economia e, menos ainda, sua finalidade" (ACOSTA, 2016, p. 117) Todavia, uma transição é extremamente difícil, pois "como desativar um processo que tem em sua estrutura originária e em seu código genético um motor que o impulsiona a crescer ou morrer?" (ACOSTA, 2016, p. 116).

De acordo com Acosta a Humanidade requer respostas inovadoras para definir novos rumos para enfrentar os graves problemas globais. A economia deve submeter-se à ecologia, pois se se destrói a Natureza, destroem-se as bases da própria economia.

Por isso, a inovação trazida para a constituição do Equador no campo dos Direitos da Natureza já é um marco histórico. Conceder direitos à Natureza significa incentivar politicamente a sua passagem de objeto a sujeito. Passa-se do antropocentrismo para o biocentrismo formando uma comunidade natural na qual os Direitos da Natureza ampliam a comunidade humana a uma outra comunidade que incorpora todos os seres vivos. Os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza se complementam e se transformam em uma espécie de direito da vida e direitos à vida.

Referente às questões que tratam do sistema político internacional, diz Acosta que os Estados-nação subalternos foram Estados formados e existentes dentro da lógica de acumulação capitalista.

Por isso, propõe que em sociedades carregadas de racismo e com deficiências democráticas históricas, a construção de um Estado plurinacional é mais do que um desafio, é uma necessidade. E não se trata de colocar remendos no Estado que já se tem. Há um novo sentido para a sociedade e outra proposta de vida, ou seja, o Bem Viver. A plurinacionalidade implica outro projeto de país, sustentado na harmonia das relações dos seres humanos com a Natureza, do ser humano consigo mesmo e dos seres humanos com outros seres humanos. A ideia do Bem Viver está diretamente atrelada aos saberes e tradições indígenas que estiveram ocultas e subjugadas por um longo tempo.

Mas para isso, faz-se necessário pensar e falar em uma outra economia para outra civilização. O Bem Viver, enquanto alternativa ao desenvolvimento, exige outra economia, solidária e sustentável. Os países periféricos não têm como usar das mesmas manobras ou estratégias utilizadas no expansionismo europeu.

Nos dias atuais, além da sustentabilidade ecológica, fatores importantes a serem considerados são o decrescimento, que não se

confunde com recessão, e o autocentramento, que significa situar bem as dimensões locais. O autocentramento é uma estratégia de organização política e econômica que se constrói a partir de baixo e de dentro. Com isso ganham força moedas alternativas que propiciam o emponderamento das comunidades sobre suas economias. A economia é parte de um sistema maior e finito que é a biosfera, por isso, o crescimento permanente é impossível.

Seguindo a mesma toada, advoga Acosta que na economia o ser humano, sempre integrado à natureza, deve ser o centro das atenções e o seu fator fundamental. O ser humano é o eixo de uma economia onde o trabalho é o pilar. Por isso deve haver o reconhecimento em igualdade das formas do trabalho produtivo e reprodutivo.³ Além disso, nenhuma forma de desemprego ou subemprego pode ser tolerada em uma sociedade que busca o Bem Viver.

Outro ponto nevrálgico do debate acerca de uma nova economia para uma nova sociedade é a política energética. A energia desempenha um papel preponderante na medida em que serve para transformar as estruturas do produtivismo e do consumismo avassalador. Disso decorre que a questão energética não é apenas técnica. Ela é eminentemente política.

No que concerne ao tema da economia, insta ainda acrescentar o papel das finanças. O setor financeiro deve apoiar o setor produtivo ao invés de ser mais um instrumento de acumulação e concentração de riqueza. É dever do Estado corrigir as deficiências dos mercados e atuar como promotor das mudanças necessárias. À sociedade cabe construir, a partir das comunidades, novas bases de igualdade e novas formas de organização necessárias às mudanças. A luta para a

3 Cabe aqui uma nota para observar como na economia de mercado o trabalho reprodutivo ocorre de forma extremamente desigual. O trabalho feminino é subvalorizado e explorado para a manutenção das necessidades sociais. Na melhor das hipóteses é um dever familiar e não do Estado e do mercado que se apropria da força de trabalho.

erradicação da pobreza deve ser equivalente à luta pela erradicação da opulência, sabendo-se que a redistribuição não é tarefa simples.

Finalmente, afasta o autor qualquer ilusão quanto ao reconhecimento de uma saída pela lógica da 'economia verde'. É uma lógica do retrocesso até mesmo no tocante aos elementos conceituais do desenvolvimento sustentável. É uma proposta que apenas posterga a solução dos problemas. Nesse diapasão, cita o autor o mercado de carbono. Construído como espaço para apontar uma saída aos conflitos provocados pela mudança climática, o mercado de carbono tornou-se a possibilidade de se fazer negócio com o desastre atmosférico. A economia de mercado não inclui em seus cálculos os efeitos da degradação ambiental. Ela menospreza os interesses das gerações futuras e os direitos de outras espécies. Por isso, no concerto internacional, segundo Acosta, a base da grande transformação obriga um encontro da Humanidade com a Mãe Terra, a desmercantilização das relações com a Natureza e a plena vigência dos Direitos da Natureza em nível global.

Acosta discorre ainda acerca da difícil construção da utopia a partir da narrativa da iniciativa Yasuni-ITT. Trata-se do fato de o Equador, em 2007, ter surpreendido o mundo, propondo deixar no subsolo do Parque Nacional Yasuni um significativo volume de petróleo. Foi um projeto que surgiu no seio da sociedade civil e que, segundo o autor, "se adiantou aos tempos e não foi compreendida".

A ideia foi a de não explorar o petróleo de três reservas do ITT⁴, localizadas dentro do Parque Nacional Yasuni, em seu extremo oriente, visando à proteção dos Povos em Isolamento Voluntário. Mas, para manter inexploradas aquelas reservas, o Equador esperava uma contrapartida, representada pela contribuição financeira da comunidade internacional. Em 2008, o parlamento alemão

4 Essas reservas são a Ishpingo, Tambococha e Tiputini.

pronunciou-se a favor da preservação do Yasuni, buscando o apoio do governo daquele Estado.

Entretanto, mesmo surgindo uma discussão interessante que alentou essa expectativa de cooperação internacional para a não exploração do petróleo, o projeto não obteve êxito e perdeu a credibilidade quando, em 2010, o ministro do desenvolvimento alemão desistiu de destinar os recursos financeiros para o fundo e quando o próprio governo equatoriano, por diversas vezes, ameaçou a iminente exploração das reservas do ITT.

Salienta Acosta que para além do fracasso governamental, da insensibilidade das nações mais poderosas e da voracidade dos interesses petrolíferos, a Iniciativa Yasuní-ITT deixou alguns resultados satisfatórios em que destaca a transcendência dessa iniciativa que se espalhou para outros lugares onde encontram-se ecossistemas frágeis ou populações originárias que precisam ser protegidas. Além disso nos países de capitalismo central na Europa realizaram esforços para evitar o *fracking*⁵.

Finalmente, fecha o trabalho com a necessidade de se construir alternativas de transição para outra forma de organização da produção e da sociedade. Afirma que na atualidade multiplicam-se as queixas por uma economia que propicie não apenas crescimento estacionário, mas decréscimo. Até mesmo nos países do norte os pensadores demonstram as limitações do crescimento econômico.

5 Fraturamento hidráulico. É um método que possibilita a extração de combustíveis líquidos e gasosos do subsolo. Os defensores do fraturamento hidráulico argumentam sobre os benefícios econômicos das vastas quantidades de hidrocarbonetos antes inacessíveis que esta técnica permite agora extrair. Seus opositores assinalam seu impacto ambiental, que inclui a contaminação de aquíferos, consumo de água elevado, poluição do ar, poluição sonora, migração dos gases e produtos químicos empregados para a superfície, contaminação na superfície devido a derramamentos, e os possíveis efeitos nocivos a saúde resultantes disto.^[8] Ocorrem também, casos de aumento da atividade sísmica, em sua maioria associados a injeção profunda de fluidos relacionados ao *fracking*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Fraturamento_hidr%C3%A1ulico (acesso em 29/03/2016)

Destaca que do extrativismo colonial ao neoextrativismo neoliberal e mais recentemente mesmo com maior controle dos governos sobre as atividades extrativistas não se distanciou na América Latina de uma economia baseada na acumulação dependente e subdesenvolvedora. Por isso, para o Sul global defende o decrescimento econômico por meio do pós-extrativismo. O desenvolvimento convencional, sustentado no crescimento econômico, nos conduz por um caminho sem saída. E, para viabilizar essa transformação civilizatória, uma das tarefas iniciais será a desmercantilização da Natureza como parte de um reencontro consciente com a Natureza mesma.

E conclui:

O Bem Viver aceita e apoia maneiras distintas de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político. Diversidade que não justifica nem tolera a destruição da Natureza, tampouco a exploração dos seres humanos, sem a existência de grupos privilegiados às custas do trabalho e sacrifício dos outros (ACOSTA, 2016, p. 240).

A obra de Acosta mostra, então, a existência de utopias que, longe de serem fantasias, existem. Por certo, em uma sociedade humana tão complexa como a que vivemos é difícil pensar nas saídas possíveis dessa 'roda viva' em que fomos condicionados. Entretanto, cruzar os braços é um luxo que não podemos pretender. Momentos tão aterradores demandam a coragem para enxergar alternativas.

Submetido em: 29 abr 2016

Aprovado em: 22 set 2016

Processo de Avaliação: blind review com open review

Editora Assistente: Alana Ramos Araújo.

Editor Geral: José Ernesto Pimentel Filho

Diagramação: Emmanuel Luna

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto, **O bem viver** - Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. Ed. Elefante, 2016.

SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.